

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO**

PROJETO DE PESQUISA

**DESEMPREGO E PRIVAÇÃO DE TRABALHO NO BRASIL:
Relações sociais de classe e de gênero e a dinâmica biográfica nas
trajetórias de trabalhadoras e trabalhadores no mercado de trabalho**

**AUTOR :
Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas**

Pelotas, novembro de 2008

Procedimentos metodológicos e caracterização da amostra

Nesta investigação sobre o desemprego em sua dinâmica biográfica, realizou-se, em 1998 e 1999, cinquenta e quatro entrevistas biográficas, através das quais procurou-se reconstituir as trajetórias de trabalhadoras e trabalhadores no mercado de trabalho. As entrevistas foram realizadas no Estado do Rio Grande do Sul, nas cidades de Pelotas e Porto Alegre. Trinta pessoas foram entrevistadas em Pelotas e vinte e cinco em Porto Alegre. Em Pelotas, oito pessoas foram entrevistadas uma segunda vez, permitindo um maior aporte de informações e um enriquecimento dos depoimentos obtidos, permitindo uma maior compreensão das trajetórias ocupacionais. Dada a limitação de recursos, essa segunda entrevista não foi estendida aos demais entrevistados.

Trinta pessoas foram contatadas e entrevistadas nas agências públicas do Sistema Nacional de Emprego – SINE, depois de contatos e negociações com a direção geral e com os chefes de agência que aceitaram em colaborar com esta pesquisa. Nos próprios setores de atendimento aos desempregados, estes foram sendo convidados pelos funcionários das agências a participar da pesquisa, concedendo a entrevista. Primeiramente os desempregados mais disponíveis e, em seguida, aqueles que correspondiam ao perfil previamente definido, estes indivíduos foram selecionados e levados ao encontro do entrevistador, no mesmo local. Os critérios de seleção dos entrevistados obedeciam ao princípio da heterogeneidade da amostra, segundo um conjunto de características pessoais: sexo, idade, cor, situação conjugal e familiar, escolarização, formação profissional.

Outras estratégias também foram adotadas para selecionar os entrevistados, uma vez que se constatou que os trabalhadores que procuravam as agências do SINE apresentavam um perfil relativamente homogêneo, prevalecendo os indivíduos menos escolarizados e com uma baixa qualificação profissional. Além do mais, as limitações de disponibilidade de tempo desses indivíduos tornavam mais difícil a realização de entrevistas aprofundadas. Somente depois de longas filas de espera e depois de passarem pelas entrevistas de avaliação para encaminhamento de emprego é que esses indivíduos eram entrevistados. Tal fato reduzia em parte a qualidade dos depoimentos e a riqueza de informações obtidas. Além disso, por se tratarem de indivíduos à procura imediata de emprego, tal abordagem não permitia que se contatassem as pessoas desalentadas ou que estivessem plenamente ocupadas.

Por essas razões, procurou-se selecionar novos entrevistados através de duas agências privadas de emprego em Pelotas. Depois da negociação e do acordo obtido com os responsáveis dessas agências, pode-se ter acesso aos arquivos e aos currículos dos clientes à procura de emprego. Através destes dados, selecionaram-se novas amostras de entrevistados que apresentassem um perfil

diferenciado daqueles anteriormente entrevistados, sobretudo com mais escolarização e melhor qualificação profissional. Depois de um primeiro contato telefônico, marcaram-se as entrevistas, alguns indivíduos tendo sido entrevistados em seus domicílios e outros em uma sala da Universidade Federal de Pelotas. Este último local era sempre proposto pelo entrevistador como uma opção alternativa para a realização da entrevista.

Outras entrevistas também foram realizadas através de estratégias alternativas. Cinco pessoas foram entrevistadas através do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica de Porto Alegre. Estas pessoas participavam de um projeto de escolarização de desempregados promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos. Outras quatro pessoas foram entrevistadas através de uma associação de moradores de um bairro popular e periférico de Pelotas, onde estava sendo montada uma cooperativa popular de catadores e recicladores de lixo urbano. Tal iniciativa permitiu que se entrasse em contato com vários ex-operárias e ex-operários ligados ao tradicional setor agroindustrial de Pelotas.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados e um conjunto de questões foram a eles propostas ao longo da conversação. Antes de mais nada, uma ficha de identificação pessoal e familiar era proposta aos entrevistados e preenchida pelo entrevistador. Nesse momento inicial, usou-se também como procedimento solicitar a consulta da Carteira de Trabalho dos entrevistados, anotando-se todas as informações referentes às contratações e desligamentos que tiveram esses indivíduos ao longo de suas trajetórias ocupacionais. Tal procedimento foi extremamente importante no processo de reconstituição das trajetórias desses indivíduos. Caso os entrevistados não tivessem suas Carteiras de Trabalho em mãos, estas informações eram recolhidas ao longo do depoimento.

O roteiro de entrevista organizou-se em três eixos principais: 1. O desemprego, sua experiência e a procura de trabalho; 2. A trajetória ocupacional, os empregos ou trabalhos remunerados ao longo da vida profissional, a relação subjetiva com o trabalho; 3. A organização e a distribuição do trabalho e das responsabilidades domésticas, a relação subjetiva com o espaço doméstico. Esses eixos e as respectivas questões não eram propostos segundo uma ordem pré-definida. Uma questão inicial era proposta, solicitando aos indivíduos que falassem de suas situações atuais no mercado de trabalho, o que estavam fazendo naquele momento. A partir disso, questões de relance eram freqüentemente propostas para aprofundar pontos referidos pelos entrevistados. Às vezes, as questões do roteiro eram propostas a fim de que se pudessem retomar os eixos da entrevista.

A preocupação desta investigação com o problema do trabalho e das responsabilidades domésticas na estruturação das experiências de desemprego conduziu à realização de um maior

número de entrevistas com mulheres. Por isso, das cinquenta e quatro entrevistas realizadas, trinta e duas foram com mulheres e vinte e duas com homens.

As experiências de privação de trabalho no espaço de relações sociais

Definida como “*o desejo e a necessidade de obter e manter uma atividade econômica visando prover a sustentação material de um indivíduo ou grupo*”, a privação de trabalho é aqui investigada de modo a identificar a maneira pela qual esses indivíduos experimentam tal privação. Trata-se, pois, de reconstruir as trajetórias ocupacionais desses indivíduos, suas experiências de privação de trabalho e o modo como essas experiências afetam e são afetadas pelas relações sociais.

A noção de “*experiência*”, aqui proposta, remete às dimensões objetiva e subjetiva do itinerário ocupacional desses atores sociais, referindo-se tanto às suas vivências, percepções e representações, como às suas práticas e atividades concretas, exteriorizadas nos atos e nas relações estabelecidas entre esses atores e seu mundo social (demais atores sociais, instituições sociais).

Nestes termos, estima-se que as experiências de privação de trabalho possam ser definidas e categorizadas de diferentes modos pelos atores individuais. Esses modos de categorização, sendo constitutivos de relações sociais, podem implicar níveis e graus diferenciados de definição dessa privação. A própria categoria desemprego pode ser mobilizada e constituir um modo específico de definir a privação de trabalho, fato que pode estar fortemente condicionado pela posição que os indivíduos ocupam em suas relações sociais.

Por todas essas razões, vale salientar que o desemprego é uma categoria social de entendimento da realidade social e individual. Não apenas uma categoria institucional, que se objetiva em definições e procedimentos estáveis, mas também uma categoria subjetiva, uma categoria nativa da linguagem do senso comum.¹ Reconhecer este fato, implica tentar identificar o modo, o processo e o contexto no qual esses atores mobilizam essa categoria para definir suas condições de atividade.

Os significados atribuídos a essa categoria e a maneira de utilizar um termo objetivo da linguagem comum – neste caso, o termo desemprego – não são unívocos. Esses significados podem variar de acordo com a posição social dos atores que mobilizam essa categoria e segundo o contexto em que é mobilizado. É preciso evitar, portanto, uma forma de pensamento substancialista, segundo a qual certas “palavras” correspondem a certas “coisas”. Diferentes atores sociais não só podem utilizar o termo desemprego para expressar experiências distintas, diferentes formas de privação de

¹ Demazière, 1992, 2003.

trabalho, como podem mesmo expressar tais condições de privação de trabalho através de outras categorias de linguagem. Tal fato é, em si mesmo, sociologicamente relevante, pois a possibilidade e a capacidade dos atores sociais de expressarem e comunicarem suas experiências é reveladora dessas experiências. Não se trata aqui de supervalorizar a capacidade intelectual e reflexiva dos atores em relação ao desemprego e à sua definição, mas de reconhecer que essa possibilidade (de mobilizar certas categorias e definir certas situações e experiências) é socialmente condicionada, implicando uma distribuição desigual dos recursos materiais e simbólicos entre os atores sociais, o que significa uma distribuição desigual dos próprios atores no espaço social.

Na abordagem aqui proposta, trata-se, inicialmente, de reconhecer que essa privação de trabalho é, antes de mais nada, ressentida como tal pelos indivíduos, implicando um conjunto de práticas e de representações que se procura explicar sociologicamente. Neste sentido, pretende-se identificar em que medida diferentes atores individuais, apresentando atributos específicos e inseridos em contextos sociais particulares, estão implicados em diferentes maneiras de viver, perceber, ressentir, enfim, experimentar a privação de trabalho.

Para alcançar tal compreensão, realiza-se inicialmente um mapeamento dos espaços sociais ocupados pelos atores investigados. Trata-se de identificar o contexto da ação social e das definições de situação desses indivíduos, uma espécie de topografia social no interior da qual as experiências podem ser interpretadas pelo investigador. Nesse momento, as categorias analíticas adquirem um lugar central no processo de interpretação da realidade social, pois são elas que estabelecem interpretativamente as relações entre o espaço social e as experiências de vida dos atores sociais, seus mundos vividos. Este mundo vivido dos atores sociais, suas experiências de vida, suas definições de situação, enfim, o mundo social tal qual ele é vivo e percebido está, pois, inscrito em um espaço de relações sociais que é analiticamente proposto. Nestes termos, as categorias analíticas do observador e as categorias nativas dos atores sociais articulam-se para que a interpretação sociológica seja construída.

Por isso, propõe-se um conjunto de variáveis – o momento objetivista, no sentido de Bourdieu (1990) – a partir das quais as experiências de privação de trabalho são analisadas e interpretadas. Tais variáveis são categorias analíticas, recortes operatórios iniciais a partir dos quais o investigador, ao mesmo tempo, supõe hipoteticamente e apreende uma certa ordem no mundo social, base das experiências dos atores sociais. Tais recortes podem ser modificados ou remodelados ao longo da investigação. Dentre essas categorias ou variáveis, algumas são consideradas centrais no tratamento e interpretação dos dados investigados e serão utilizadas como critérios relevantes na apresentação dos resultados da investigação. Tais categorias são:

a) a **condição social** dos entrevistados. Esta variável expressa a condição de classe dos mesmos, isto é, a posição que ocupam no espaço social em termos de distribuição de recursos econômicos e simbólicos. Neste sentido, classifica-se os entrevistados em duas classes ou grupos fundamentais, os socialmente precários e os socialmente “não precários”, a partir da hipótese de que essa clivagem de classe afeta de maneira central as experiências de desemprego. Vale insistir que, do ponto de vista metodológico, trata-se de um procedimento analítico inicial, um recorte operatório – neste caso orientado pela hipótese teórico-metodológica de que a condição de classe condiciona a experiência de desemprego – o que não invalida uma reformulação parcial ou completa do dispositivo analítico ao longo ou ao final da investigação.

b) o **sexo** dos entrevistados. Esta variável também é central na construção do dispositivo analítico, na medida em que permite apreender as práticas e representações em termos de gênero. Vale aqui registrar que sexo e gênero são noções teoricamente distintas. Neste caso, o “sexo”, no sentido biológico do termo, é apenas um critério objetivo de classificação dos atores sociais investigados que serve de substrato para apreender suas práticas e representações em termos de gênero, isto é, para apreender suas “construções sociais e culturais” que atribuem diferentes papéis, valores e significados à participação de homens e mulheres na vida social. Assim, o sexo biológico – masculino ou feminino – é apenas um critério inicial de classificação que permite acessar e apreender as construções culturais e as relações sociais de gênero.²

c) a **formação sócio-profissional** dos entrevistados. Trata-se, neste caso, de uma variável sintética que combina escolaridade e formação profissional, contribuindo para apreender os aspectos mais diretamente relacionados com a estruturação das diferentes oportunidades individuais no mercado de trabalho. Assim sendo, os indivíduos investigados foram classificados em quatro grupos em uma escala ordinal em termos de formação sócio-profissional: alta, média, baixa e muito baixa. Esta variável está fortemente combinada com a condição social. No entanto, ela permite fixar mais precisamente o olhar sobre determinados aspectos da vida social mais fortemente determinantes da situação dos indivíduos no mercado de trabalho, como, por exemplo, a escolaridade e a formação

² É importante não esquecer, neste caso, que a própria noção de sexo biológico em termos puramente duais – masculina x feminino – é uma construção social historicamente datada, uma categoria de percepção da realidade que contribui para organizá-la e compreendê-la, ainda que ela possa ser observada de forma praticamente universal na história humana recente. Tal universalidade, na verdade particular e relativa se considerarmos a longa experiência humana passada e futura inacessíveis ao conhecimento histórico e antropológico, não autoriza a dizer que é o substrato biológico que determina as representações de gênero. Ao contrário, sugere-se que são as representações duais de gênero, apoiadas em determinadas diferenças bio-sexuais (não necessariamente universais), que estão na base da dualização do corpo biológico e dos diferentes papéis e posições atribuídos a homens e mulheres no mundo social. A dualização dos corpos, sua distinção em masculino e feminino não constituem, portanto, um dado histórico preliminar. Ela é, ao contrário, um produto histórico, um tipo de resposta histórico-cultural mais ou menos universal para regular a função reprodutiva. Logo, não está inscrito na natureza e nos corpos biológicos sua diferenciação em termos duais, em masculino e feminino, como condição indispensável para a organização da vida social. Essa foi uma possibilidade histórica que se concretizou culturalmente a fim de distribuir determinadas funções sociais e psíquicas. Para melhor ilustrar este ponto de vista, basta dizer que se, historicamente, a função reprodutiva condicionou as diferenças, biológicas e culturais, entre homens e mulheres, nada nos faz crer que essas diferenças sejam imutáveis e que não possam ser modificadas ou eliminadas a partir de práticas e representações da função reprodutiva completamente distintas das conhecidas até hoje. As técnicas reprodutivas contemporâneas descobertas pela ciência podem ajudar a imaginar um tal cenário. Do ponto de vista histórico e cultural, nada garante que ser homem ou ser mulher continuará sendo uma diferença culturalmente relevante na organização do mundo social e psíquico. Tal clivagem “sexual” pode modificar-se ou mesmo desaparecer ou ainda tornar-se secundária, como em alguns casos o é a cor da pele, a idade ou a estatura dos indivíduos.

profissional. Portanto, a condição social ou de classe dos indivíduos é uma categoria mais geral e abstrata e a formação sócio-profissional uma categoria mais específica e concreta, o que a torna mais operacional na interpretação das experiências no mercado de trabalho.

d) tem-se ainda uma série de outras variáveis a partir das quais pode-se identificar o perfil dos entrevistados (idade, cor, situação conjugal³), sua condição familiar (posição no grupo familiar, chefia do grupo familiar, composição da família, número de filhos, todas variáveis que permitem apreender as relações sociais no interior do espaço familiar), sua condição ocupacional (ocupação anterior, natureza da ocupação, setor da atividade econômica, regularidade e estabilidade dos vínculos de trabalho, variáveis que permitem apreender as relações sociais a partir do espaço econômico, a condição de classe, a posição dos indivíduos na estrutura social) e sua condição no desemprego (condição de atividade, tempo de desemprego, número de desempregos na trajetória, seguro-desemprego, variáveis que remetem mais diretamente à compreensão das relações a partir da situação de privação de trabalho), entre outras variáveis relevantes e frequentemente utilizadas nas pesquisas sociais.

Os procedimentos analíticos acima propostos visam traçar um perfil completo das trajetórias que estão sendo investigadas e, a partir disto, construir uma tipologia das experiências de privação de trabalho capaz de oferecer uma compreensão das particularidades do mercado de trabalho brasileiro. Só então será possível avaliar o impacto combinado das relações de classe e das relações de gênero na constituição das experiências de privação de trabalho no Brasil. Nestes termos, será possível avaliar, ainda, em que medida estas experiências contribuem para condicionar, influenciar, modificar e/ou conservar tais relações sociais.

Logo, não se trata aqui de reduzir as experiências de privação de trabalho a certas coerções objetivas e exteriores, supostamente determinantes do comportamento individual e que impõem aos indivíduos uma condição particular de privação (de trabalho, de renda, de status social, de bem estar psicológico), a partir das posições que estes indivíduos ocupam nos diversos espaços sociais. Se, por um lado, pode-se afirmar que essas “posições” no espaço social (ser operário ou ser executivo; ser pai de família ou mãe solteira; ser um jovem diplomado ou um trabalhador idoso com qualificações tradicionais) condicionam o comportamento dos indivíduos e as experiências de privação de trabalho, por outro, pode-se argumentar também que essas posições não só não são as únicas determinações do comportamento, constituído de múltiplos condicionamentos, como estas posições não são fixas e estáveis, estando sempre deslocando-se no interior do espaço social. Neste sentido, as experiências de privação de trabalho e os eventos e acontecimentos nelas transcorridos são fatores

³ Utiliza-se o termo “situação conjugal” e não “estado civil”, na medida em que este último termo expressa apenas a situação legal do indivíduo e não a situação conjugal de fato. Assim, um indivíduo pode estar “solteiro” ou “separado” legalmente, mas vivendo em uma união estável de fato. Classifica-se, pois, este indivíduo como estando casado.

que podem levar a um deslocamento, a uma re-significação ou mesmo a uma transformação profunda dessas posições e de seus respectivos papéis ou funções no espaço social.

Se, por um lado, não se pretende reduzir a explicação sociológica da privação de trabalho a uma dimensão puramente objetiva, a esses lugares e posições ocupados pelos atores no espaço social, evitando-se, assim, o risco de deduzir e imputar a ação e a intenção dos atores a partir dessas posições, por outro e inversamente, não se pretende reduzir a explicação sociológica a uma dimensão puramente subjetiva, como se a privação de trabalho implicasse apenas uma certa experiência particular do mundo social (fundamentalmente psíquica, individual), uma certa percepção e vivência que se expressa pelo discurso, pela linguagem, em uma perspectiva puramente “semântica” na apreensão das experiências do mundo social. Esse mundo não se resume aos sentidos e significados construídos pelos atores, às suas definições de situação. Neste caso, uma investigação sobre a privação de trabalho se esgotaria em uma espécie de “inventário” das percepções subjetivas e das formas de categorização do mundo realizada pelos atores sociais em condições de privação de trabalho.

Parte-se de uma perspectiva sociológica distinta. As percepções e definições que os indivíduos fazem do mundo são elementos constitutivos dos espaços de relações sociais. Esse conjunto de significados construídos pelos atores sociais em suas experiências, a partir dos “lugares” que ocupam e das “ações” que empreendem, contribuem para transformar ou conservar a ordem (material e simbólica) estabelecida. Isto significa que as subjetividades, as percepções e representações dos atores são “dados sociológicos centrais” para compreender as mudanças, as lutas e as formas de ser sociais, não sendo, portanto, fenômenos meramente individuais, mas formas de percepção e interpretação do mundo compartilhadas coletivamente e decisivas para explicar esse mesmo mundo, as estruturas de relações sociais existentes.

Assim, na abordagem aqui proposta, pretende-se apreender as experiências de privação de trabalho em seus processos biográficos, enquanto atividade individual produzida em uma dinâmica particular, com os eventos, situações e relações que fazem a história de um indivíduo. Uma biografia é um itinerário ou uma parte de um itinerário de vida no qual um conjunto de eventos de desenrolam em um tempo e em um espaço individual e social. O papel ativo do indivíduo é essencial para compreender estas experiências de privação de trabalho e as mudanças objetivas e subjetivas ao longo desse itinerário, não sendo esta atividade individual um mero reservatório passivo das estruturas exteriores que, supostamente, fariam o indivíduo agir. Assim, *“a experiência aparece, certamente, como um momento no qual se experimenta o mundo exterior e se constitui o sentido de seus limites, mas também e inseparavelmente como uma atividade na qual se experimenta as*

capacidades que se formam e são exercidas, e na qual se constitui o sentido de ultrapassar esses limites”

Os indivíduos em relação, situados na história, são também os indivíduos que criam esta mesma história. Esse ator individual não é nem completamente livre, nem completamente determinado. *“O ator é evidentemente confrontado com as coerções de uma situação exterior ; mas, em sua ação, ele incorpora as determinações inerentes ao conjunto de sua própria experiência biográfica e de linhagem, às seus pertencimentos de classe, de sexo, de geração, às suas implicações em outros setores da vida social. A liberdade do ator, o que torna seu comportamento imprevisível, não supõe a possibilidade de escapar às determinações, tirando proveito das ‘falhas’ do sistema, da fluidez de suas regras, das ‘zonas de indeterminação’ que comportam toda organização. Não se age no vazio ; a liberdade não começa lá onde cessa o determinismo – sabe-se, aliás, o quanto a mais simples ação em estado de leveza supõe de artefatos... Não é a ausência mas a riqueza de determinações que, abrindo o campo de saídas possíveis, torna a ação imprevisível. Agir é determinar a opção real, transformando as ‘causas’ da ação, coerções e determinações, em recursos, razões, intenções.”*

Portanto, na análise das entrevistas biográficas centradas nas trajetórias ocupacionais, procurou-se apreender as práticas e as representações dos atores sociais com relação às suas experiências de trabalho e de privação de trabalho.

A análise das trajetórias apresenta-se, primeiramente, como uma interpretação das práticas individuais e coletivas (do indivíduo entrevistado, de seu grupo familiar, dos empregadores, de sindicalistas, servidores públicos, enfim, de todos os atores envolvidos com a questão do desemprego e com o mundo dos desempregados) relatadas pelos entrevistados. Tais “práticas sociais” são tomadas como suporte objetivo de relações sociais mais estruturadas, constituindo-se em um elemento importante de reprodução ou transformação dessas relações. Não se trata, neste caso, de abstrair tais práticas das intenções manifestas pelos indivíduos, mas de reconhecer que essas práticas têm conseqüências não necessariamente previstas na ação e expressa na intenção dos atores.⁴ Frequentemente, a reprodução ou a transformação de determinadas relações sociais ocorre à despeito da intencionalidade manifesta pelos atores sociais em seus comportamentos.⁵ Isto não significa que a mudança ou a reprodução ocorram independentemente das intenções dos atores sociais. Essas intenções precisam ser integradas ao quadro sociológico explicativo do objeto investigado, constituindo o campo de visibilidade no qual os atores se movem e definem suas ações e estratégias. No entanto, o que parece fundamental na noção de prática social, é a idéia de que a intenção dos

⁴ Boudon, 1993.

⁵ Bourdieu, 1982.

atores individuais, sua capacidade reflexiva, é um dado sociológico insuficiente para explicar o mundo social, sendo por isso apenas um aspecto, ainda que fundamental, do quadro explicativo. Diferentes atores sociais que ocupam posições distintas no espaço social, controlando recursos materiais e simbólicos diferenciados, têm capacidades distintas de agir, conservar ou transformar a vida social. Essas diferentes posições implicam estruturas de oportunidades distintas e as ações levadas a cabo implicam impactos assimétricos sobre o mundo social. As ações e intenções dos atores sociais implicam e às vezes escondem um certo campo de possibilidades que, de maneira sistemática, precisa ser considerado na interpretação sociológica. É a partir desse campo de possibilidade que se pode vislumbrar toda força e realidade das estruturais sociais não imediatamente perceptíveis pelos próprios atores em suas interações concretas.

Por todas essas razões, é preciso não apenas inventariar as práticas sociais objetivas e as representações subjetivas narradas pelos atores sociais (com todas as limitações que tal método implica em termos de fidedignidade das informações, falhas e erros de memória, bloqueios morais, psicológicos ou políticos implicados na interação entre pesquisador e pesquisado), mas o modo como tais práticas e representações se associam, se articulam e se opõem. Nestes termos, a explicação sociológica não é a busca da coerência lógica entre práticas, representações e relações sociais, mas o diagnóstico das fissuras, das contradições, dos lapsos, das continuidades e descontinuidades entre essas dimensões da vida social.⁶ Eis o paradoxo que exige que se distingua as “práticas sociais” das “representações sociais” para além das meras “intenções” implicadas na ação social.

Ao mesmo tempo, as representações não podem ser vistas nem como “idéias prontas”, expressas de forma lógica e coerente pelo ator em um dado momento de sua narrativa, o que pode levar ao risco de serem supervalorizadas, nem como um epifenômeno das práticas sociais, um dado descartável. As representações precisam ser lidas em seus diversos fragmentos, em seus contextos discursivos e sociais. Elas precisam ser integradas ao conjunto da narrativa, aos fatos, eventos e contextos aos quais os indivíduos fazem referência para que possam ser adequadamente interpretadas, para que se possa estabelecer com mais rigor a importância daquilo que está sendo falado. Essas representações são, pois, conjuntos mais ou menos organizados de idéias, valores e sentimentos reconstituídos e reelaborados pelos atores em suas narrativas.

Tais representações são, pois, reconstruídas a partir da narrativa estabelecida na situação de entrevista, isto é, no quadro de uma interação social específica entre o sujeito investigador e os sujeitos pesquisados, o que implica um contexto social específico, cheio de possibilidades e limites.

⁶ A despeito das boas intenções do assistencialismo mais pueril de um indivíduo de espírito bondoso e religioso que se indigna com a maldade, a corrupção e a má intenção de muitos homens poderosos, pode manifestar-se um extremo conservadorismo político-ideológico que contribui de maneira eficaz para a preservação de uma ordem social profundamente desigual, por ele mesmo freqüentemente denunciada.

As entrevistas biográficas são, pois, instrumentos bastante heterogêneos, cujos resultados dependem, em grande parte, da disposição e da colaboração do entrevistado. Neste sentido, as próprias condições em que se realizam as entrevistas influenciam de maneira decisiva os resultados alcançados. Por isso, a apreensão das representações e das práticas dos atores sociais em relação ao trabalho e à privação de trabalho não é nem homogênea e nem necessariamente comparável, variando o grau de profundidade e a qualidade das informações prestadas. A colaboração dos entrevistados exige condições ideais de interação (disponibilidade de tempo, empatia, confiança, sensibilidade ao tema e problemas investigados) que muitas vezes não se consegue em dadas situações de entrevista.

Por isso, apenas um conjunto mais limitado de entrevistas puderam ser exploradas plenamente como fonte rica de informações capazes de revelar toda a complexidade das práticas e representações dos entrevistados em suas experiências de trabalho e de privação de trabalho. Vale ressaltar, porém, que a totalidade dessas entrevistas constituiu-se em um rico mecanismo de produção de informações sobre aspectos objetivos da trajetória ocupacional dos atores sociais investigados.

A heterogeneidade dos resultados obtidos na realização destas entrevistas permite afirmar, pois, que, em muitos casos, conseguiu-se apenas uma boa descrição das trajetórias ocupacionais e uma identificação do perfil dos entrevistados. Em outros, conseguiu-se descrições mais detalhadas das práticas sociais dos atores e de seus familiares no enfrentamento das experiências no mercado de trabalho. E, finalmente, em um grupo mais reduzido de narrativas (cerca de quinze a vinte entrevistas) ultrapassou-se a mera descrição das práticas no âmbito do mercado de trabalho, avançando na apreensão das relações familiares e permitindo apreender mais profundamente as representações dos atores sociais, suas percepções mais finas, seus sentimentos mais profundos. A apresentação dos resultados da investigação não poderá fugir, portanto, aos limites impostos pela heterogeneidade deste instrumento metodológico em termos de quantidade e qualidade das informações obtidas.

As experiências de privação de trabalho e as experiências de trabalho

Na medida em que a análise foi avançando, passando-se do relato dos aspectos mais objetivos aos mais subjetivos e na medida em que a qualidade das informações e depoimentos prestados o permitiram, procurou-se mergulhar mais detidamente nos significados mais profundos das experiências de trabalho e de privação de trabalho dos entrevistados. Assim, na análise das

entrevistas, procurou-se identificar, quando possível, os “eixos” fundamentais da narrativa dos indivíduos e os “eventos” principais apresentados por eles.

Um “eixo” constitui um objeto ou um conjunto de objetos em torno dos quais a narrativa se organiza. Os indivíduos narram seus percursos a partir dos significados que eles constroem desses objetos. Esses objetos mobilizados e o modo de mobilizá-los e de colocá-los em relação têm um papel importante na análise da narrativa e na interpretação dos fatos. Esses eixos se definem em função da subjetividade individual que reconstrói o percurso segundo uma lógica própria. A interação do pesquisador com o entrevistado tem um papel central na definição desses eixos, na medida em que o tema da entrevista é proposto pelo primeiro, na forma de uma entrevista temática. No entanto, o mais importante na análise da narrativa é identificar o modo como esses eixos se apresentam e se articulam e como novos eixos são propostos pelos entrevistados sem a incitação do pesquisador.

Os eventos narrados pelos entrevistados são os fatos singulares capazes de condicionar o percurso, de definir sua direção e de lhe atribuir um sentido. Assim, procurou-se compreender quais são os eventos relevantes na trajetória dos entrevistados e o modo como eles impregnam e orientam suas biografias.

A “narrativa”, pois, é constituída por um conjunto de “eventos” narrados em torno de certos “eixos”. A partir desses “eventos” e desses “eixos”, pode-se apreender as práticas e representações dos atores sociais enquanto processo de produção, reprodução ou transformação, das relações sociais. A apreensão dessas práticas e representações é realizada, portanto, tendo como referência o itinerário biográfico do indivíduo, o que permite situar o contexto particular no qual essas práticas e representações são apresentadas.

No caso desta investigação, tratou-se de apreender aquelas práticas e representações significativas na constituição das relações sociais de classe e gênero. Assim, pode-se afirmar que as relações sociais apresentam uma dinâmica microssociológica e subjetiva que é possível compreender através da análise de uma dinâmica biográfica narrada pelo indivíduo em seu discurso. Nestes termos, o conceito de “relação social” apresenta-se como uma categoria sociológica mais ampla e abstrata que se articula com os conceitos de “práticas sociais” e de “representações sociais”, sociologicamente mais concretas e mais operacionalizáveis empiricamente, passíveis de serem apreendidos objetivamente através das narrativas dos indivíduos interpelados no quadro de uma entrevista sociológica.

Nestes termos, o conjunto de práticas e representações de um indivíduo constituem sua “relação subjetiva com o mundo social” que, por sua vez, orienta sua ação social neste mesmo mundo. Esta relação subjetiva com o mundo – seja com o trabalho, com a privação de trabalho ou

com qualquer outro objeto de referência – não é imediatamente acessível à observação empírica, ela é reconstruída pouco a pouco, como em um quebra-cabeças ou em uma escavação arqueológica, a partir de fragmentos que vão sendo apresentados e reconstituídos gradativamente, reconstruindo-se um todo que nunca é, porém, definitivo, estável, mas hipotético, provável. Essa relação subjetiva com o mundo é ela própria fragmento de relações sociais mais amplas e estruturadas, constituindo e sendo constituída por essas relações sociais que estão na base da explicação sociológica aqui proposta.

Assim, supõe-se a hipótese de que uma relação subjetiva com a privação de trabalho é, antes de mais nada, condicionada por uma relação particular com o trabalho, tanto remunerado como doméstico. Ao mesmo tempo, essa relação com a privação de trabalho constitui e é constituída pelas relações sociais de classe e de sexo.

No que diz respeito ao espaço econômico e profissional, a “relação com o trabalho remunerado” pode se apresentar primeiramente como uma relação à atividade laboral, manual ou intelectual, fonte de prazer e satisfação, o que se denomina de *relação ao ofício*. Esta relação ao ofício implica evidentemente uma relação consigo mesmo, na qual o indivíduo organiza uma certa definição de seu eu, de seus talentos, de sua vocação, de seus desejos, de sua personalidade.

Essa relação com o trabalho remunerado pode se apresentar em seguida como uma “relação à atividade remunerada” como fonte de reconhecimento social, de um status reconhecido, de um lugar ou posição no mundo social, que se chamará simplesmente de *relação ao status*. Neste caso, o trabalho é o lugar no qual o indivíduo é reconhecido por outrem e se sente reconhecido. Essa relação ao status é evidentemente uma relação aos outros, ao conjunto de expectativas que o indivíduo e os outros têm de seu trabalho ou de sua condição de desempregado. Nas narrativas dos entrevistados, as expectativas dos outros são na verdade aquelas que os entrevistados supõem que os outros tenham a respeito de si mesmos. Dadas as limitações do dispositivo de observação, a interpretação dos outros é, antes de mais nada, uma suposição dos próprios entrevistados : o que eles pensam que os outros pensam. Tais suposições não são, porém, sem importância. Ao contrário, elas orientam as práticas e representações desses indivíduos.

Além disso, a “relação com o trabalho remunerado” pode se apresentar, ainda, como uma *relação à atividade autônoma e à sociabilidade* enquanto fonte de independência, de autonomia individual e de sociabilidade. Neste caso, os indivíduos trabalham não porque dele possam tirar prazer e satisfação ou o reconhecimento de um status, de uma posição que se ocupa no mundo social. O trabalho remunerado torna-se fonte de relações, de trocas, de laços sociais, representando para os indivíduos que trabalham um espaço de “autonomia”, uma fonte de sociabilidade e satisfação. Certamente, o rendimento é um fator decisivo na produção dessa autonomia e satisfação. O modo de

obtê-lo, porém, revela-se importante, pois remete à capacidade que sente o indivíduo de se fazer independente, de produzir seu próprio rendimento, independentemente de sua grandeza econômica. Nestes termos, o trabalho é o espaço social no qual o indivíduo pode se tornar autônomo, reconhecendo-se como pessoa independente. Essa construção cultural tem sido central nas sociedades modernas no que se refere aos sentidos do trabalho.

Finalmente, o trabalho pode ser simplesmente uma fonte de satisfação das necessidades econômicas do indivíduo e de seu grupo familiar. Neste caso, o indivíduo trabalha para sobreviver ou para reproduzir-se materialmente. Sua relação com o trabalho torna-se uma *relação puramente instrumental*. O trabalho não passa de um meio para a obtenção de recursos econômicos. Esta situação aplica-se tanto aos indivíduos que estão no limite da sobrevivência, precisando trabalhar para se alimentar, por exemplo, como aos indivíduos que, mesmo tendo uma situação econômica confortável, sentem-se compelidos a trabalhar para manterem ou ampliarem essa condição econômica. Em um caso como no outro, o trabalho remunerado torna-se um “meio”. A finalidade está fora do trabalho, está nos recursos materiais obtidos pela atividade produtiva.

Vale registrar que essa tipologia de relação com o trabalho é puramente conceitual, constituindo-se em tipos ideais no sentido weberiano do termo, isto é, são instrumentos conceituais destinados a apreender e interpretar a realidade. Na maior parte dos casos, estes sentidos estão misturados e se confundem de maneiras diversas na realidade concreta. O modo, no entanto, como estes sentidos aparecem e se combinam pode estar fortemente estruturado pelas relações sociais de classe ou gênero. É o que se tentará identificar mais adiante.

A relação subjetiva que um indivíduo estabelece com sua situação de privação de trabalho está, pois, amplamente estruturada pela relação subjetiva que esse mesmo indivíduo estabelece com o trabalho remunerado. Esta relação com o trabalho remunerado, por sua vez, está condicionada pelas relações sociais de classe e de gênero que estruturam uma distribuição diferencial de recursos materiais e simbólicos. Tal distribuição diferencial de recursos se reflete no acesso também diferencial à ocupação econômica no mercado de trabalho. Assim, variáveis importantes na identificação das oportunidades ocupacionais como nível de escolaridade e nível de formação e qualificação profissionais estão fortemente condicionadas pela posição ocupada pelo indivíduo na estrutura sócio-econômica. Estas variáveis podem ser lidas como o efeito dessa desigual distribuição de recursos materiais e simbólicos no mundo social.

Pode-se estimar, hipoteticamente, que uma **forte relação com o trabalho remunerado**, seja à atividade laboral enquanto tal – manual ou intelectual – fonte de prazer e de satisfação (*relação ao ofício*), seja à atividade laboral enquanto fonte de reconhecimento social, de um status social reconhecido (*relação ao status*), seja ainda à atividade laboral como fonte de autonomia,

independência individual ou de laços de solidariedade e de sociabilidade (*relação à atividade autônoma e à sociabilidade*), seja, finalmente, à atividade laboral como satisfação das necessidades econômicas e materiais (*relação instrumental ao trabalho*), enfim, em todos esses casos uma forte relação com o trabalho implica o indivíduo em uma forte relação com a privação de trabalho que, face a isso, poderá estar marcada por uma situação de forte sofrimento. Para cada um desses sentidos acima evocados, a privação de trabalho pode significar a privação, ainda que parcial ou transitória, de uma, de algumas ou de todas aquelas dimensões subjetivas implicadas na experiência de trabalho.

Conseqüentemente, por ocasião de uma frágil relação com o trabalho, estima-se que a privação de trabalho não implicará os indivíduos em uma situação de sofrimento, pois levará menos intensamente o indivíduo a sentir-se privado daqueles aspectos acima evocados. No limite, um indivíduo sem um trabalho remunerado pode mesmo não sentir-se privado de trabalho.

Quanto mais forte – material ou simbolicamente – for a relação que um indivíduo estabelece com seu trabalho, no que se refere a cada uma dessas dimensões propostas, mais forte será o sofrimento experimentado no desemprego. Enfim, o sofrimento no desemprego varia segundo a intensidade e a extensão das dimensões materiais e simbólicas mobilizadas pelo indivíduo em sua relação ao trabalho. Porém, estima-se também que quanto mais fortes forem os recursos – materiais ou simbólicos – de que dispõem os indivíduos, maiores serão as oportunidades de encontrarem alternativas às suas condições de privação de trabalho.

A relação subjetiva que o indivíduo estabelece com a privação de trabalho é igualmente estruturada pela relação que este mesmo indivíduo estabelece com o trabalho e o espaço domésticos. As relações sociais de gênero têm um papel fundamental neste caso. Estas relações de gênero estão na base da organização e distribuição dos papéis e responsabilidades de homens e mulheres no seio da família e na sociedade em geral. Assim, a posição do indivíduo no interior do grupo familiar contribui para estruturar as modalidades de inserção dos membros do grupo no mercado de trabalho. Estima-se que o(s) provedor(es) principal(ais) do grupo familiar – em geral um homem e, cada vez mais freqüentemente, também as mulheres – tende(m) a manter uma presença mais ativa no mercado de trabalho, ao contrário de outros membros do grupo familiar – em geral mulheres e jovens – que são chamados a cumprir determinadas funções internas em termos de distribuição do trabalho e das responsabilidades domésticas ou que cumprem apenas secundariamente o papel de provedor.

Esta relação ao espaço doméstico pode se mostrar mais ou menos coercitiva, tendo um efeito positivo ou negativo, conforme as circunstâncias, em relação à experiência de privação de trabalho. O trabalho doméstico constitui-se em uma atividade laboral no sentido pleno do termo, exigindo disponibilidade de tempo e habilidades para a sua execução. As estratégias e modalidades de partilha e distribuição do trabalho doméstico no interior do grupo familiar ou de sua substituição por bens ou

serviços comprados no mercado – segundo os recursos materiais disponíveis pelo grupo familiar – condicionam o grau de disponibilidade de homens e mulheres para o trabalho remunerado. Em geral atribuído às mulheres, o trabalho doméstico pode estruturar de maneira direta a experiência de privação de trabalho.

Assim, uma relação coercitiva com o trabalho doméstico pode estar na origem de uma experiência particular de privação de trabalho. As obrigações contraídas nesse espaço podem contribuir para prolongar o tempo de desemprego, uma vez que o tempo consagrado ao trabalho doméstico é um tempo em concorrência com o tempo consagrado seja ao trabalho remunerado seja à procura de trabalho. As práticas relativas à organização e distribuição das responsabilidades domésticas informam, portanto, algumas condições objetivas nas quais a experiência de desemprego se desenrola, segundo uma certa divisão sexual do trabalho. Essas coerções decorrentes do trabalho doméstico podem ter efeitos subjetivos distintos, podendo gerar um sentimento de “sofrimento”, de “isolamento”, de “prazer” ou “desprazer” ou ainda uma sensação de “dever” a ser cumprido segundo uma multiplicidade de condições e relações no âmbito do trabalho remunerado e do trabalho doméstico.

Na análise dos itinerários ocupacionais procura-se, pois, captar os sentidos das experiências de privação de trabalho em um determinado momento para esses indivíduos, face a essas modalidades de relações subjetivas que os mesmos estabelecem com o trabalho (remunerado ou doméstico). Presume-se que os sentidos veiculados pelos discursos dos entrevistados estão relacionados e condicionados pelas relações sociais nas quais esses indivíduos se inscrevem. Esses sentidos e essas relações não são acessíveis de forma imediata na narrativa. Eles são apreendidos a partir de fragmentos que são gradativamente organizados e interpretados pelo observador através das categorias analíticas.

Portanto, a análise aqui proposta em termos de uma dinâmica biográfica – inscrita ela mesma em uma dinâmica histórica mais ampla – permite apreender os sentidos das experiências de privação de trabalho para os atores sociais a partir dos eventos profissionais e familiares por eles vividos em suas trajetórias. Ao mesmo tempo, ela permite apreender a produção e transformação das relações sociais a partir das práticas cotidianas dos atores sociais. Por isso, a análise de um conjunto de condições biográficas específicas – condição de classe, sexo, geração, situação familiar, condições ocupacionais – destina-se a apreender as relações sociais como um **processo de produção** e não como **estruturas dadas e fixas** no mundo social. As atividades cotidianas dos atores sociais constituem uma expressão viva desse processo constante de produção do mundo social.

A delimitação do campo de investigação: as trajetórias ocupacionais

A partir das entrevistas realizadas com trabalhadores e trabalhadoras, apresenta-se, a seguir, um perfil geral da amostra de entrevistados a fim de melhor caracterizar as condições sociais de vida desses indivíduos, mostrando aspectos referentes às suas condições de formação sócio-profissional, condição familiar, condições ocupacionais e, finalmente, condições de privação de trabalho. Trata-se, neste sentido, de uma primeira aproximação do objeto de investigação, qual seja, as experiências de privação de trabalho. Para tanto, os atores individuais investigados serão situados em seus **contextos sociais**, fazendo emergir um conjunto de **condições sociais** nas quais essas experiências adquirem sentido e as relações sociais são tecidas.

Ao todo foram analisadas cinquenta e quatro trajetórias individuais de homens e mulheres no mercado de trabalho. Com a grande maioria desses indivíduos, realizou-se apenas uma única entrevista, como estava previsto no plano metodológico inicial. Estas entrevistas foram realizadas no final de 1998 e início de 1999. Tendo em vista o andamento da análise, julgou-se pertinente a realização de uma segunda entrevista, o que foi realizado um ano depois, no final de 1999, com apenas oito entrevistados, devido às limitações de tempo e de recursos materiais e financeiros disponíveis. Estimou-se importante a realização desta segunda entrevista na medida em que ela permitiria não apenas buscar informações que não haviam sido prestadas na primeira entrevista, mas também recuperar e aprofundar dados, eventos ou percepções que mereceriam um tratamento analítico mais aprofundado. Os resultados dessas entrevistas foram extremamente positivos, trazendo um aporte significativo de novas informações e permitindo detalhar e investigar aspectos a respeito dos quais haviam ficado dúvidas ou pontos obscuros. Além do mais, o uso “longitudinal” deste instrumento metodológico, as entrevistas biográficas, permitiu não só acompanhar a evolução dessas poucas trajetórias ao longo daquele período, como propiciou a observação de um interessante deslocamento dos pontos de vista dos entrevistados a respeito da privação de trabalho. Frequentemente, estas entrevistas complementares foram realizadas em contextos ocupacionais ou familiares distintos daqueles observados na primeira entrevista, o que, ao deslocar as percepções dos entrevistados sobre suas experiências de privação de trabalho, enriqueceu significativamente o instrumento metodológico.

Trinta das cinquenta e quatro entrevistas foram realizadas em Pelotas e vinte e quatro em Porto Alegre, ambas importantes cidades do Estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil. A limitação de recursos materiais e financeiros determinou a delimitação do objeto de pesquisa nesse âmbito geográfico, uma vez que o Brasil é um país continental, tornando impraticável a constituição

de uma amostra representativa nacionalmente das especificidades regionais. Além do mais, o caráter essencialmente qualitativo dos procedimentos de análise dispensa a representatividade estatística da amostra.

Portanto, a experiência acumulada de pesquisa no sul do Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul, Estado de origem do pesquisador, orientou tal recorte geográfico. Face ao interesse inicial em investigar as experiências urbanas de privação de trabalho, Pelotas e Porto Alegre foram escolhidas por serem importantes centros urbanos desse Estado, mesmo apresentando especificidades locais relativamente marcantes. Estas especificidades, já referidas anteriormente, contribuíram positivamente para a análise das experiências de privação de trabalho, ampliando o espectro de situações observáveis. Porto Alegre é a capital do Estado e um dos mais importantes centros industriais do Rio Grande do Sul e do Brasil. Nela observa-se a presença de atividades de ponta da economia brasileira, sobretudo na indústria, fortemente afetadas pela conjuntura econômica nacional e internacional da década de noventa e com importantes conseqüências sobre os níveis de emprego. Pelotas é um importante pólo regional, apresentando, no entanto, características distintas em termos de estrutura econômica e funcionamento do mercado de trabalho. Trata-se de uma região que apresenta uma economia mais tradicional, com empresas industriais marcadas por uma forte vinculação com o setor primário. Esse setor agroindustrial também foi fortemente afetado pelas transformações da economia brasileira a partir do início dos anos noventa, com um forte impacto sobre os níveis locais de emprego. Pelotas sempre apresentou também um setor terciário muito expressivo, tanto ligado às atividades mais modernas (setor financeiro, serviços públicos, empresas comerciais) como às atividades mais informais e precárias (comércio ambulante, pequenos prestadores de serviços, trabalhadores domésticos, trabalhadores de rua). Neste sentido, estimou-se que as duas cidades poderiam oferecer um leque importante de casos individuais a partir dos quais se poderia fazer uma boa descrição e análise das experiências de privação de trabalho no Brasil, dando conta de trajetórias bastante heterogêneas.

Em relação à formação inicial da amostra, escolheu-se entrevistar indivíduos que estivessem à procura de trabalho junto às agências do Sistema Nacional de Emprego – SINE de Pelotas e Porto Alegre. A maior parte dos indivíduos que compõem a amostra foram selecionados e entrevistados nas agências do SINE. Inicialmente de forma aleatória, a escolha dos entrevistados obedeceu a um critério de heterogeneidade da amostra em termos de sexo, idade, cor, escolaridade, formação e qualificação profissional, condição ocupacional e condição familiar.

Observou-se, em um determinado momento, que o perfil dos entrevistados restringia-se a determinadas características em termos de escolaridade, formação e qualificação profissional. Os entrevistados no SINE eram, em geral, trabalhadores menos escolarizados, com baixa qualificação e

formação profissionais. Tal fato determinou a necessidade de adotar novas estratégias para a escolha dos entrevistados, buscando-se em agências privadas de emprego a possibilidade de encontrar trabalhadores com um perfil diferenciado. As entrevistas no SINE condicionavam também a condição de atividade dos entrevistados, em sua maioria em situação de desemprego aberto, sem trabalho e à procura de emprego no momento da entrevista. Tinha-se também o interesse de entrevistar trabalhadores desalentados, desencorajados, que tivessem interrompido ou desistido da procura de trabalho por razões diversas que se pretendia investigar. Passou-se, então, a selecionar trabalhadores que procuraram emprego em agências privadas, nelas deixando seus currículos. Pôde-se ter acesso e autorização para examinar um grande número de currículos em uma dessas agências em Pelotas e selecionou-se um certo número de indivíduos. Logo a seguir, entrou-se em contato telefônico com os mesmos, explicou-se o objetivo da pesquisa e as entrevistas foram sendo marcadas em diversos locais, segundo o desejo e a conveniência para os próprios entrevistados.

Entrevistou-se, também, oito trabalhadores ligados a um programa de escolarização destinado a desempregados, promovido por um importante sindicato operário de Porto Alegre. Outros quatro indivíduos, moradores de um bairro periférico de Pelotas e ligados a uma cooperativa popular de reciclagem de lixo, em fase inicial de implantação, também foram entrevistados. Tais entrevistas permitiram, igualmente, um alargamento no perfil dos entrevistados, uma vez que dentre os indivíduos envolvidos com esses projetos, alguns se encontravam completamente excluídos do mercado formal de trabalho havia alguns anos.

Além das vinte e nove entrevistas realizadas em agências do SINE, outras nove foram realizadas na Universidade Federal de Pelotas (opção proposta pelo pesquisador), seis nas residências dos próprios entrevistados, cinco em um sindicato, duas em uma associação de bairro, uma em um posto de saúde comunitário e uma no local de trabalho de um entrevistado que se desempregara e abria uma pequena loja de mercadorias populares.

O perfil dos entrevistados, a seguir apresentado, foi organizado com base nos dados e informações mais objetivos coletados durante as entrevistas. Em geral, antes dos entrevistados narrarem suas experiências no mercado de trabalho, aplicou-se um instrumento mais estruturado, tipo formulário, onde foram registrados os dados mais gerais do perfil dos entrevistados e de seus grupos familiares. Registrou-se também os dados referentes às experiências profissionais anotadas nas carteiras de trabalho dos entrevistados, quando este documento estava disponível no momento da entrevista. Estas carteiras de trabalho foram, pois, uma importante fonte de informação sobre as trajetórias ocupacionais destes indivíduos. Após essa primeira etapa mais estruturada, passou-se a orientar a entrevista a partir de um roteiro semi-estruturado, gravando-se o conteúdo da narrativa

com a prévia autorização dos entrevistados. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas em documento eletrônico, conforme consta nos anexos desta pesquisa.

O processamento e a análise dos dados e variáveis mais objetivos foram realizados com o auxílio do software *Statistical Package for Social Science (SPSS)*, versão 16.0, o que facilitou imensamente o processo de tratamento das informações e de montagem das tabelas que serão apresentadas a seguir. Ao todo, foram registradas quarenta e duas variáveis organizadas em sete grupos assim delimitados :

1º grupo – variáveis de “identificação das entrevistas”.

2º grupo – variáveis de “identificação dos entrevistados”.

3º grupo – variáveis de identificação da “condição familiar dos entrevistados”.

4º grupo – variáveis de identificação da “formação sócio-profissional dos entrevistados”.

5º grupo – variáveis de identificação da “condição ocupacional dos entrevistados”.

6º grupo – variáveis de identificação da “situação de privação de trabalho dos entrevistados”.

7º grupo – variáveis de identificação das “condições de renda dos entrevistados”.

As trajetórias ocupacionais em seu contexto social : o perfil dos entrevistados

Conforme consta na Tabela 1, das cinquenta e quatro pessoas entrevistadas, trinta e duas eram do sexo feminino e vinte e duas do sexo masculino. Doze pessoas estavam na faixa etária entre 18 e 29 anos de idade, vinte e oito na faixa entre 30 e 45 anos de idade e quatorze com 46 anos de idade ou mais. O entrevistado mais jovem tinha 18 anos de idade e o mais velho 63 anos.

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%

Jovens 18 a 29 anos	5	9,3	7	13,0	12	22,2
Adultos 30 a 45 anos	10	18,5	18	33,3	28	51,9
Adultos 46 anos ou +	7	13,0	7	13,0	14	25,9
Total	22	40,7	32	59,3	54	100

Apesar da importante participação dos jovens menores de idade no mercado de trabalho brasileiro e no desemprego, não se chegou a entrevistá-los nesta pesquisa, o que reflete os procedimentos metodológicos utilizados na seleção da amostra que privilegiaram as agências de emprego como estratégia principal de abordagem de campo. Estima-se que esses jovens menores não utilizam ou utilizam muito pouco essas agências, públicas ou privadas, para procurar trabalho. Provavelmente, a forte informalidade a que estão submetidos esses jovens menores faz com que suas modalidades de procura de trabalho também sejam mais informais. Vale ressaltar, porém, que na análise das trajetórias dos entrevistados aqui apresentadas, pôde-se explorar abundantemente o problema da inserção precoce dos jovens menores no mercado de trabalho, sobretudo daqueles em situação de maior precariedade social. Uma parte muito expressiva desses entrevistados iniciou muito cedo suas investidas no mundo do trabalho remunerado.

Em relação à cor da pele, conforme a Tabela 2, quarenta pessoas eram brancas e quatorze eram negras ou mestissas, segundo um critério visual de classificação da cor da pele adotada pelo pesquisador, o que comporta elementos subjetivos importantes.

Tabela 2 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a cor.

COR	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Branca	17	31,5	23	42,6	40	74,1
Negra ou parda	5	9,3	9	16,7	14	25,9
Total	22	40,7	32	59,3	54	100

Dadas as características étnicas da população brasileira, fortemente marcada pela miscigenação e, conseqüentemente, por uma enorme variação de tonalidade na cor da pele, observa-se um continuum que vai do branco mais claro ao negro mais escuro, o que torna difícil a classificação dos entrevistados que se situam em uma situação intermediária desse continuum. Não se utilizou um procedimento metodológico específico para o tratamento dessa problemática de cor ou étnico-racial, na medida em que esse não era o objeto central de investigação desta pesquisa.

Ainda conforme a Tabela 2, observa-se que entre os brancos, tem-se vinte e três mulheres e dezessete homens. Já entre os negros ou mestissos, tem-se nove mulheres e cinco homens.

Em relação à situação conjugal, vinte e nove pessoas eram casadas ou viviam com um companheiro, doze eram solteiras, dez eram separadas ou divorciadas e três eram viúvas. Na Tabela 3, observa-se a distribuição da condição conjugal dos entrevistados por sexo.

Tabela 3 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a situação matrimonial.

SITUAÇÃO MATRIMONIAL	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Solteiros	5	9,3	7	13,0	12	22,2
Casados	14	25,9	15	27,8	29	53,7
Separados ou divorciados	3	3,0	7	13,0	10	18,5
Viúvos	0	0,0	3	5,6	3	5,6
Total	22	40,7	32	59,3	54	100

Dos vinte e nove entrevistados casados, quatorze eram homens e quinze eram mulheres. Já entre os solteiros, tinham-se cinco homens e sete mulheres. Entre os separados ou divorciados, sete eram mulheres e três eram homens. E, finalmente, as três pessoas viúvas entrevistadas eram todas do sexo feminino. A seguir, apresenta-se mais detalhes sobre a condição familiar dos entrevistados e as implicações disso sobre suas experiências de privação de trabalho.

A condição familiar nas trajetórias ocupacionais

Em relação à posição dos entrevistados no interior de seus grupos familiares, observa-se que a maior parte dos mesmos, conforme a Tabela 4, em um total de trinta e sete, eram pais e mães de família, provedores em sua maioria.⁷ Nesta condição estão doze homens e vinte e cinco mulheres. Dentre estas mulheres, seis eram mães sozinhas, quase todas provedoras de seus grupos familiares e responsáveis pela guarda e educação dos filhos. Dezenove mulheres, conseqüentemente, viviam com seus maridos e companheiros, dividindo, de formas variadas, as responsabilidades domésticas e a educação dos filhos.

Tabela 4 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a posição no grupo familiar.

⁷ Além destes 37 entrevistados, outros três com idades mais avançadas possuíam filhos adultos e independentes economicamente.

SITUAÇÃO MATRIMONIAL	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Provedor principal	17	31,5	20	37,0	37	68,5
Provedor secundário	2	3,7	6	11,1	8	14,8
Não provedor	3	5,5	6	11,1	9	16,7
Total	22	40,7	32	59,3	54	100

Destes trinta e sete entrevistados, vinte e nove possuíam filhos menores e, portanto, jurídica e financeiramente dependentes dos pais. Tal fato pode ter importantes conseqüências na constituição das experiências de privação de trabalho. Estas, em muitos casos, colocam em risco a capacidade de alguns indivíduos de cumprirem seus papéis de provedores de seus grupos familiares. As mulheres são cada vez mais afetadas por situações como estas. Pôde-se observar que muitas mulheres eram ou tornaram-se as principais provedoras de seus grupos. Tais condições afetam significativamente não apenas as experiências de privação de trabalho, cada vez mais marcadas pela presença das mulheres no mundo do trabalho, mas também e, principalmente, as relações sociais de gênero.

Dez entrevistados ocupavam a posição de filho ou filha em seus grupos familiares⁸, nesta condição estando cinco homens e cinco mulheres. Observou-se que estes entrevistados, em geral jovens, experimentaram condições menos claramente demarcadas de privação de trabalho e desemprego. Um elevado grau de incerteza em relação ao futuro é, porém, muito comum entre os jovens pouco qualificados. Ao mesmo tempo, nesta etapa do ciclo de vida uma importante distinção em termos de gênero já se faz notar de forma marcante. Algumas das jovens mulheres entrevistadas já estavam muito fortemente afetadas pelas tarefas e responsabilidades domésticas.

Três entrevistados, dois homens e uma mulher, viviam com seus cônjuges e não tinham filhos ; outros três, também dois homens e uma mulher, moravam sozinhos. Um jovem morava com seu irmão, dividindo com ele as despesas e responsabilidades domésticas.

Das trinta e três mulheres entrevistadas nesta pesquisa, pelo menos onze eram as principais responsáveis por seus grupos familiares (chamados, nas pesquisas estatísticas, de chefes de domicílio), respondendo pelo provimento dos mesmos. As demais também eram quase todas provedoras, seja na condição de provedoras principais (partilhando esse provimento), seja na condição de provedoras secundárias. Se, por um lado, as mulheres podem passar a experimentar subjetivamente essa privação de trabalho de forma cada vez mais semelhante àquela vivida pelos homens, por outro, as especificidades do trabalho remunerado feminino e das responsabilidades no

⁸ Um desses entrevistados morava, na verdade, com sua avó, que era a provedora do grupo familiar.

âmbito doméstico continuam implicando essas mulheres em experiências de trabalho e de privação de trabalho muito peculiares.

De uma maneira geral, constatou-se que uma divisão sexual do trabalho de tipo mais tradicional se faz presente, de tal forma que é imputado às mulheres a maior parte das responsabilidades domésticas. Os homens assumem, em muitos casos, várias tarefas domésticas, freqüentemente “ajudam” suas companheiras, mas quase sempre de forma secundária e periférica. Pôde-se constatar, no entanto, algumas experiências significativas nas quais uma divisão sexual não tradicional do trabalho doméstico afetou de maneira importante a conformação das experiências de trabalho e de privação de trabalho de alguns entrevistados.

Apesar da força dos mecanismos tradicionais que fazem pesar sobre as mulheres as responsabilidades domésticas, pode-se constatar, ainda, que muitas mulheres encontram, com freqüência, alternativas para desobrigarem-se dessas responsabilidades e dar prioridade às suas trajetórias profissionais. No entanto, constatou-se que a possibilidade de contornar essas pressões advindas da esfera doméstica passa, quase sempre, pela presença de outras mulheres, uma mãe, uma filha ou mesmo uma pessoa contratada para tal fim. A disponibilidade de estruturas e equipamentos públicos como creches e escolas maternas também têm um papel decisivo na estruturação da relação que as mulheres têm com o espaço profissional e com o trabalho remunerado. As mulheres mais pobres são as mais afetadas, pois não podem pagar por esse tipo de serviço quando ele não está disponível pelas instituições públicas, o que é a regra no Brasil.

A formação sócio-profissional nas trajetórias ocupacionais

O primeiro indicador sobre a formação dos entrevistados é o nível de escolaridade. Conforme a Tabela 5, observa-se que esse nível é, em geral, baixo. Dentre os entrevistados, encontrou-se uma pessoa analfabeta, quatro pessoas apresentando entre 1 e 3 anos de escolarização⁹, dezessete pessoas apresentando entre 4 e 7 anos de escolarização¹⁰, onze pessoas apresentando entre 8 e 10 anos de escolarização¹¹, dez pessoas apresentando o ensino médio completo, cinco pessoas apresentando o nível superior incompleto e seis pessoas apresentando o nível superior completo, isto é, um diploma universitário.

⁹ Isto é, esses entrevistados não completaram o ciclo básico de alfabetização, podendo ser considerados como semi-alfabetizados.

¹⁰ Isto é, esses entrevistados não completaram o ensino fundamental, que abrangia, até recentemente, oito anos de escolarização, a partir da primeira série. Atualmente, o ensino fundamental é constituído por nove séries.

¹¹ Isto é, esses entrevistados completaram o ensino fundamental, mas não completaram o ensino médio, este último correspondendo, até recentemente, a onze anos de escolarização. Atualmente, com as nove séries do ensino fundamental, o ensino médio completo corresponde a doze anos de escolarização.

Tabela 5 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e o nível de escolaridade.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	Nº	%
Analfabeto ou semi-alfabetizado	3	5,6	2	3,7	5	9,3
Fundamental incompleto	5	9,3	12	22,2	17	31,5
Fundamental completo ou médio incompleto	5	9,3	6	11,1	11	20,4
Médio completo	5	9,3	5	9,3	10	18,5
Superior incompleto	4	7,4	1	1,9		9,3
Superior completo	0	0,0	6	11,1	6	11,1
Total	22	40,7	32	59,3	54	100

Quanto à distribuição do nível de escolaridade por sexo, observa-se que na categoria de mais baixa escolaridade (analfabetos ou semi-alfabetizados) tem-se duas mulheres e três homens, já na categoria ensino fundamental incompleto tem-se doze mulheres e cinco homens, na categoria ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto tem-se seis mulheres e cinco homens, na categoria ensino médio completo tem-se cinco mulheres e cinco homens, na categoria ensino superior incompleto tem-se uma mulher e quatro homens e na categoria ensino superior completo tem-se seis mulheres e nenhum homem.

O segundo indicador de formação dos entrevistados é aqui denominado de formação sócio-profissional. Entende-se por formação sócio-profissional a combinação entre o nível de formação escolar e o nível de formação e qualificação profissional dos entrevistados. Construiu-se, pois, neste caso, uma variável sintética e classificou-se os entrevistados em quatro grupos distintos :

- 1) Formação sócio-profissional muito baixa : Nesta categoria incluem-se os indivíduos com muito baixa escolaridade e sem formação profissional. Entende-se por escolaridade muito baixa a situação daqueles indivíduos que não completaram o ensino fundamental.
- 2) Formação sócio-profissional baixa : Nesta categoria incluem-se tanto os indivíduos com escolaridade média (ensino médio completo) e sem nenhum tipo de formação profissional como os indivíduos com escolaridade baixa mas que seguiram algum tipo de formação profissional breve. Incluem-se, neste caso, cursos de curta duração, de algumas semanas ou meses.
- 3) Formação sócio-profissional média : Nesta categoria incluem-se os indivíduos com escolaridade média e com formação profissional técnica. Inclui-se também os indivíduos com ensino superior incompleto, mesmo que não tenham formação profissional de nível médio. Em alguns casos, considerou-se relevante também a experiência profissional contínua do indivíduo que caracterizava uma certa qualificação profissional bastante evidente apesar de não ser formalizada.

4) Formação sócio-profissional alta : Nesta categoria incluem-se os indivíduos com nível superior completo ou com nível superior incompleto e com formação profissional de nível médio.

Conforme a Tabela 6, a distribuição dos entrevistados quanto à variável formação sócio-profissional fica assim estabelecida : sete entrevistados apresentam uma formação sócio-profissional muito baixa, vinte e nove entrevistados apresentam uma formação sócio-profissional baixa, oito entrevistados apresentam uma formação sócio-profissional média e dez entrevistados apresentam uma formação sócio-profissional alta. As duas primeiras categorias somadas atingem o total de trinta e seis entrevistados. Isto é, tratam-se daqueles indivíduos que apresentam recursos mais limitados em termos de formação profissional e educacional para enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais concorrido e seletivo. Estes indivíduos estão aquém das exigências mais recentes dos segmentos mais estruturados do mercado de trabalho brasileiro, o que implica para eles, quase inevitavelmente, o acesso aos postos de trabalho mais precários e pior remunerados. Apenas dezoito entrevistados apresentam um nível de formação sócio-profissional médio ou alto. As novas condições de privação de trabalho no Brasil indicam, porém, que essas duas categorias de trabalhadores são cada vez mais afetados pelo denominado desemprego aberto, o que implica a necessidade de investigar e compreender as experiências desses indivíduos nesse “novo desemprego” que desponta no cenário econômico nacional.

Tabela 6 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a formação sócio-profissional.

FORMAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Muito baixa	4	7,4	3	5,6	7	13,0
Baixa	9	16,7	20	37,0	29	53,7
Média	5	9,3	3	5,6	8	14,8
Alta	4	4,0	6	11,1	10	18,5
Total	22	40,7	32	59,3	54	100

Conforme se observa através da Tabela 6, três mulheres e quatro homens apresentam um **nível muito baixo** de formação sócio-profissional. Já no **nível baixo** de formação sócio-profissional, encontram-se vinte mulheres e nove homens. Entre os que apresentam um **nível médio** de formação sócio-profissional tem-se três mulheres e cinco homens. E, finalmente, tem-se seis mulheres e quatro homens entre aqueles entrevistados que apresentam um **nível alto** de formação sócio-profissional.

Dos indivíduos entrevistados, trinta e um disseram não possuir nenhum tipo de formação profissional, sendo vinte e quatro classificados no nível de formação sócio-profissional baixa e sete classificados no nível de formação sócio-profissional muito baixa. Dos vinte e três entrevistados que

afirmaram ter algum tipo de formação profissional, seis possuíam curso superior completo e cinco possuíam curso superior incompleto. Aqueles que possuíam a formação superior completa tinham as seguintes habilitações profissionais : uma administradora de empresas, uma psicóloga, uma jornalista-relações públicas, uma farmacêutica e bioquímica, uma engenheira química industrial e uma pedagoga. Entre aqueles que possuíam nível superior incompleto, três haviam cursado administração de empresas, dos quais um continuava a estudar no momento da entrevista e dois haviam interrompido suas formações. Os outros dois entrevistados sem formação superior completa haviam interrompido os cursos de informática e de licenciatura em letras. Destes cinco indivíduos sem formação superior completa, dois tinham formações técnicas de nível médio, um eletrotécnico e um técnico em segurança do trabalho. Além destes últimos, outros quatro entrevistados possuíam cursos técnicos de nível médio : um técnico em contabilidade, um técnico em mecânica industrial, um técnico em química (e desenhista auto-didata) e uma técnica em telecomunicações. Vale registrar ainda que quatro entrevistados possuíam amplas qualificações profissionais não formais, atestadas por longas experiências profissionais, destacando-se uma secretária com nível médio completo e três ex-bancários (dois com nível médio completo e um com nível superior incompleto).

Outros cinco entrevistados possuíam cursos de formação profissional de curta ou média duração, como curso de auxiliar de enfermagem, curso de mecânica geral (SENAI), curso de padeiro e confeitoiro, curso de vigilante, além de outros cursos de curta duração na área de comércio e negócios (ADVB, SENAC).

As condições de trabalho nas trajetórias ocupacionais

A situação ocupacional dos entrevistados refere-se tanto à ocupação atual, no caso daqueles que se encontravam ocupados no momento da entrevista, quanto à ocupação anterior, no caso daqueles que se encontravam desempregados ou inativos. Pôde-se constatar que a situação ocupacional dos entrevistados era bastante heterogênea, abrangendo desde ocupações qualificadas no setor industrial e no setor de serviços até ocupações sem nenhuma qualificação, sobretudo no segmento de serviços domésticos.

Tabela 7 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a natureza da ocupação.

NATUREZA DA OCUPAÇÃO	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%

Emprego ou estágio	18	33,3	27	50,0	45	83,3
Emprego público	0	0,0	1	1,9	1	1,9
Empregador	1	1,9	1	1,9	2	3,7
Trabalho por conta própria	3	5,6	3	5,6	6	11,1
Total	22	40,7	32	59,3	54	100

Conforme mostra a Tabela 7, a grande maioria dos entrevistados, somando-se quarenta e seis indivíduos, eram trabalhadores assalariados, estando inscritos em uma relação de emprego. Estão incluídos neste cálculo um servidor público, aprendizes e estagiários, trabalhadores contratados temporariamente e os trabalhadores em serviços domésticos. Seis entrevistados trabalhavam por conta própria, desenvolvendo atividades econômicas autônomas, sem vínculo empregatício. Dois entrevistados eram empregadores, possuindo pequenos negócios próprios e empregando terceiros. Vale registrar que, freqüentemente, ao mudarem de trabalho, as pessoas modificam a natureza de suas próprias ocupações, alternando, por exemplo, formas de trabalho assalariadas com o trabalho independente. É o caso das mulheres que trabalham no emprego doméstico como faxineiras e cujo estatuto é ambíguo. Em princípio trabalhadoras independentes, estas mulheres inserem-se em uma relação de trabalho similar àquela das empregadas domésticas regulares. Além do mais, este tipo de trabalho pode se constituir, em dado momento, em um tipo de bico ou trabalho eventual, uma situação provisória, enquanto essas mulheres procuram um emprego mais estável. Neste sentido, esta classificação é apenas um indicador parcial e provisório do perfil ocupacional dos entrevistados. A dinâmica do mercado de trabalho no Brasil mostra-se muito complexa e diferenciada.

Quanto ao tipo de ocupação dos entrevistados, conforme observa-se na Tabela 8, dezoito eram trabalhadores ocupados em serviços administrativos e de escritório, onze eram operários de indústria, trabalhadores manuais e operadores de máquinas e equipamentos, nove eram trabalhadores domésticos ou trabalhadores em serviços de limpeza, quatro eram profissionais de nível superior, três eram técnicos de nível médio, três eram trabalhadores ocupados em vendas ou representação comercial, dois eram trabalhadores em serviços de vigilância, dois em serviços de restauração e um trabalhador rural.

Tabela 8 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a categoria ocupacional.

CATEGORIA OCUPACIONAL	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%

Serviços administrativos e escritório	3	5,6	15	27,8	18	33,3
Serviços de vigilância	2	3,7	0	0,0	2	3,7
Serviços de limpeza	1	1,9	3	5,6	4	7,4
Serviços de restauração	0	0,0	2	3,7	2	3,7
Condutor de veículos, motorista	1	1,9	0	0,0	1	1,9
Operário	7	13,0	4	7,4	11	20,4
Trabalhador doméstico	1	1,9	4	7,4	5	9,3
Trabalhador rural	1	1,9	0	0,0	1	1,9
Vendas e representação comercial	2	3,7	1	1,9	3	5,6
Profissão de nível médio	3	5,6	0	0,0	3	5,6
Profissão de nível superior	1	1,9	3	5,6	4	7,4
Total	22	40,7	32	59,3	54	100

Analisando-se a distribuição destas ocupações por sexo, constata-se uma nítida divisão sexual do trabalho. Apesar de as mulheres constituírem quase 60% da amostra, é expressiva a participação das mesmas em algumas categorias ocupacionais como entre os trabalhadores em serviços administrativos e de escritório, entre os trabalhadores domésticos, entre os trabalhadores em serviços de limpeza e entre os trabalhadores em serviços de restauração. Essas têm sido categorias ocupacionais tipicamente femininas no processo de expansão da participação das mulheres no mercado de trabalho nos últimos 30 anos no Brasil. A presença masculina em alguns tipos de ocupação como entre os operários e os vigilantes também expressa essa tipicidade em termos de divisão sexual do trabalho.

Em relação ao setor de atividade onde trabalhavam os entrevistados, conforme mostra a Tabela 9, pode-se notar que a grande maioria dos indivíduos concentra suas ocupações no comércio e nos serviços, o que corresponde a trinta e seis pessoas. Os entrevistados que trabalhavam na indústria e na construção civil somam dezessete pessoas e, finalmente, apenas um entrevistado tinha sua ocupação no setor primário. A distribuição por sexo corresponde às tendências observadas acima, a presença feminina sendo mais marcante no comércio e serviços, particularmente nos serviços domésticos, e a masculina na indústria, particularmente na construção civil.

Tabela 9 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e o setor da atividade econômica.

SETOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%

Agricultura e pecuária	1	1,9	0	0,0	1	1,9
Construção civil	3	5,6	0	0,0	3	5,6
Indústria	7	13,0	7	13,0	14	25,9
Comércio	2	3,7	11	20,4	13	24,1
Serviços (setor público)	1	1,9	2	3,7	3	5,6
Serviços (setor privado)	7	13,0	8	14,8	15	27,8
Serviços domésticos	1	1,9	4	7,4	5	9,3
Total	22	40,7	32	59,3	54	100

Em relação à trajetória ocupacional dos entrevistados, pode-se observar que a grande maioria ingressou no trabalho remunerado ainda muito cedo. Pelo menos trinta entrevistados declararam ter começado a trabalhar ainda menores, antes dos 18 anos de idade. Destes, vinte declararam ter ingressado no mundo do trabalho antes mesmo dos 14 anos, idade legal mínima para trabalhar no Brasil. Constatou-se alguns casos em que o início da trajetória laboral começou entre os cinco e os seis anos de idade, sendo particularmente o caso de alguns entrevistados que são de origem rural. Observou-se ainda nove casos em que os indivíduos, todas mulheres, começaram suas trajetórias ocupacionais após os 25 anos de idade e, em alguns casos, após os 30 anos de idade. Neste último caso, o ingresso refere-se ao emprego assalariado urbano, pois, em geral, são mulheres de origem rural, mães, donas de casa, que se ocupavam do trabalho doméstico e/ou do trabalho agrícola familiar exercido em âmbito doméstico.

A grande maioria dos trabalhadores entrevistados tiveram muitas experiências de trabalho, assalariado ou não, em suas trajetórias ocupacionais. Apenas cinco indivíduos declararam ter tido apenas um único tipo de trabalho em suas trajetórias e apenas doze declararam ter tido até três empregos ou ocupações. São frequentes as trajetórias marcadas por cinco, seis, sete, oito empregos ou ocupações distintas, o que expressa uma altíssima rotatividade da força de trabalho no mercado de trabalho. No caso de duas mulheres que haviam trabalhado como safristas na indústria de conservas de Pelotas, um emprego tipicamente sazonal, observou-se em suas carteiras de trabalho, respectivamente, dezessete e vinte e dois registros distintos de emprego. A essa ocupação sazonal somam-se ainda as experiências de trabalho não registradas, freqüentemente bicos e trabalhos eventuais não assalariados, como faxinas, trabalhos de costura no domicílio, limpeza e capina de pátios e jardins, entre outras atividade tipicamente femininas. Muitas foram as trajetórias nas quais não se pôde identificar o número preciso de experiências de trabalho, na medida em que as mesmas eram muito pouco delimitadas no tempo e na forma de atividade, como é o caso das mulheres realizando trabalhos domésticos ocasionais ou de homens realizando bicos na construção civil, ou

ainda dos indivíduos que trabalham com vendas, à margem de uma relação de trabalho estável e formal.

As experiências de trabalho informal, sem registro oficial e, portanto, sem as proteções legais correspondentes, são muito freqüentes entre os entrevistados. A grande maioria possui tanto experiências formais como informais de trabalho em suas trajetórias ocupacionais. Apenas dezesseis entrevistados revelaram terem tido apenas experiências formais de trabalho e um entrevistado disse nunca ter tido nenhum tipo de trabalho registrado formalmente. Neste último caso, encontrava-se uma mulher vivendo em uma situação de elevada precariedade social. Separada e morando com seu filho já adulto, ela vivia de faxinas ocasionais e havia trabalhado com seu ex-marido em uma atividade autônoma, um pequeno negócio – um açougue – que ajudava a cuidar.

Pode-se constatar, ainda, uma elevada descontinuidade das trajetórias ocupacionais. Pelo menos dezesseis das cinquenta e quatro trajetórias analisadas eram descontínuas, os indivíduos abandonando suas atividades econômicas remuneradas e recolhendo-se à inatividade. Dessas dezesseis, quatorze eram femininas e duas masculinas. Observa-se, neste caso, um forte componente de gênero estruturando essa prática. Interpeladas pelas exigências e responsabilidades domésticas, muitas mulheres entrevistadas interromperam suas trajetórias de trabalho seja para cuidar dos filhos ou de algum familiar, seja para dar seguimento a um projeto de formação profissional ou de escolarização. As poucas experiências masculinas de descontinuidade constatadas nesta pesquisa não são provocadas por exigências do trabalho doméstico, mas por arranjos familiares que permitem ou exigem a presença desses homens no espaço familiar. É o caso de um jovem que, sem perspectivas de emprego formal, ajudava sua família na condução de um pequeno negócio familiar, no caso um bar. Essa atividade, no entanto, não absorvia de forma contínua esse jovem ou outros membros de seu grupo. Sem emprego formal havia mais de um ano e sem procura imediata de trabalho, esse jovem não possuía também um rendimento individual, prestando ajuda descontínua no pequeno negócio familiar encabeçado pelo seu pai. Neste caso, a descontinuidade deste jovem em sua trajetória frágil e fluida no mercado de trabalho decorre, em grande medida, de sua posição secundária no grupo familiar, um filho, ainda sem a responsabilidade de prover o grupo familiar. Assim, constata-se que na medida em que vão assumindo o papel de provedores principais de seus grupos familiares, os homens passam a atribuir um valor central às suas atividades remuneradas, não interrompendo-as como as mulheres. Logo, a descontinuidade das trajetórias femininas reflete, por um lado, a centralidade dos papéis e responsabilidades por elas assumidas no âmbito doméstico e, por outro, suas precárias condições no mercado de trabalho.

A privação de trabalho nas trajetórias ocupacionais

Em relação à condição de atividade dos integrantes da amostra¹², conforme a Tabela 10, vinte e sete entrevistados estavam em situação de desemprego aberto no momento da entrevista, quinze estavam trabalhando e doze estavam inativos. Esta distribuição é, em grande parte, uma decorrência do próprio dispositivo metodológico adotado nesta investigação que, na constituição da amostra, priorizou inicialmente indivíduos à procura de trabalho em duas agências públicas de emprego (em Pelotas e em Porto Alegre), passando em seguida a adotar novos critérios para selecionar os entrevistados. Em decorrência desses novos critérios de seleção, pôde-se encontrar indivíduos trabalhando ou inativos, o que permitiu ampliar o espectro de análise da privação de trabalho para além dos casos de desemprego aberto.

Esta classificação inicial, porém, comporta sérios problemas, na medida em que muitos indivíduos experimentavam uma condição de atividade cujos limites entre trabalho, desemprego e inatividade eram fluidos e indeterminados. Pôde-se constatar essa dificuldade tanto entre os indivíduos marcados por uma forte precariedade e instabilidade no trabalho, para os quais é freqüentemente de difícil aplicação os critérios oficiais de distinção entre “trabalho” e “desemprego”, como para os indivíduos desalentados cuja procura recente de trabalho não foi sistemática, mas efetivamente existiu. Neste sentido, os critérios de objetivação destas classificações, ainda que válidos na tentativa de dimensionar o desemprego, mostram-se limitados para caracterizar certas experiências de privação de trabalho. Critérios centrais como a “procura de trabalho”, o “exercício de uma ocupação remunerada” ou mesmo a “disponibilidade imediata para o trabalho” apresentam muita dificuldade de serem dimensionados quando se analisa várias experiências individuais. Esses critérios comportam elevado grau de interpretação subjetiva e imprecisão. O que se evidencia, neste caso, é o baixo grau de institucionalização das práticas relativas à procura de trabalho e das próprias condições de exercício do trabalho.

Tabela 10 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a condição de atividade (IBGE).

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE (IBGE)	SEXO		
	Masculino	Feminino	Total

¹² Segundo critérios oficiais, utilizados pelo IBGE e recomendados pela Organização Internacional do Trabalho.

	nº	%	nº	%	nº	%
Ocupado	7	13,0	8	14,8	15	27,8
Desocupado	11	20,4	16	29,6	27	50,0
Inativo	4	7,4	8	14,8	12	22,2
Total	22	40,7	32	59,3	54	100

Deste modo, conforme observa-se na Tabela 11, a classificação dos entrevistados segundo a metodologia PED modifica a distribuição dos mesmos em termos de condição de atividade. Segundo estes critérios, não mais se teria vinte e sete desempregados, mas quarenta e três, dos quais vinte e sete em situação de desemprego aberto, oito em situação de desemprego oculto pelo trabalho precário e oito em situação de desemprego oculto pelo desalento. Somente sete entrevistados seriam classificados como ocupados e quatro como inativos.

Tabela 11 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a condição de atividade IBGE x PED.

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE PED	CONDIÇÃO DE ATIVIDADE IBGE							
	Ocupado		Desocupado		Inativo		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	Nº	%
HOMENS								
Ocupado	2	3,7	0	0,0	0	0,0	2	3,7
Desemprego aberto	0	0,0	11	20,4	0	0,0	11	20,4
Desemprego oculto pela precariedade	5	9,3	0	0,0	0	0,0	5	9,3
Desemprego oculto pelo desalento	0	0,0	0	0,0	2	3,7	2	3,7
Inativo	0	0,0	0	0,0	2	3,7	2	3,7
Sub-total	7	13,0	11	20,4	4	7,4	22	40,7
MULHERES								
Ocupado	4	7,4	0	0,0	0	0,0	4	7,4
Desemprego aberto	0	0,0	16	29,6	0	0,0	16	29,6
Desemprego oculto pela precariedade	3	5,6	0	0,0	0	0,0	3	5,6
Desemprego oculto pelo desalento	1	1,9	0	0,0	6	11,1	7	13,0
Inativo	0	0,0	0	0,0	2	3,7	2	3,7
Sub-total	8	14,8	16	29,6	8	14,8	32	59,3
Total	15	27,8	27	50,0	12	22,2	54	100

Alguns fatores contribuem para dificultar a classificação da condição de atividade dos entrevistados. Entre os indivíduos socialmente precários e sujeitos a formas muito instáveis de ocupação, a procura de trabalho não é uma atividade exterior à própria situação ocupacional. Isto é, a

procura de trabalho não é uma atividade diferenciada do próprio trabalho, distinta, demarcada no tempo. Ao ser integrada à própria rotina ocupacional desses indivíduos, a procura de trabalho deixa de ser uma condição provisória e intermediária que demarca a separação entre o “tempo de trabalho” e o “tempo de não trabalho”. Um indivíduo em condições ocupacionais extremamente instáveis, pode ser considerado e classificado, ao mesmo tempo, como um ocupado permanente (já que de sua atividade extrai uma remuneração sistemática) ou um desempregado crônico (já que a procura de trabalho é uma constante em sua atividade econômica). Este é o caso, por exemplo, dos indivíduos que trabalham com pequenos concertos e reparações e cujo volume de trabalho é incerto. Estes indivíduos estão, de certa forma, sempre à procura de trabalho. Logo, a procura de trabalho é dificilmente um critério de classificação claro e unívoco. Do ponto de vista subjetivo das experiências de tais condições instáveis de trabalho, as próprias definições de situação podem se mostrar diversas, conforme a trajetória e as experiências anteriores de trabalho desses indivíduos. Se, por um lado, essas experiências podem se tornar rotineiras para alguns indivíduos que interiorizam tais práticas como normais, familiares, por outro, elas podem ser vividas e definidas como uma clara situação de privação de trabalho. Nesta pesquisa, este é o caso, por exemplo, de um operário da indústria que se encontrava sem emprego formal havia vários anos. Vivendo de bicos, dessas formas instáveis de trabalho, esse indivíduo continuava a tomar como referência para definir sua condição de trabalho a norma do emprego. Este ex-operário considerava-se efetivamente um desempregado.

Estima-se que essa dinâmica é freqüentemente distinta para homens e mulheres, isto porque formas diferenciadas de trabalho precário afetam essas diferentes categorias de gênero. Para algumas mulheres, a ocupação doméstica é o exemplo típico da existência dessas especificidades que afetam a dinâmica ocupacional. Este tipo de trabalho é, quase sempre, extremamente precário, sem vínculo formal, sem continuidade no tempo, sem jornada definida e sem uma série de garantias legais. As faxinas ocasionais constituem a única forma de trabalho e renda para um sem número de mulheres das classes populares.

Por isso, os critérios estatísticos destinados a classificar a condição de atividade dos indivíduos e a avaliar as condições de funcionamento do mercado de trabalho mostram-se amplamente insuficientes para compreender o processo de construção das experiências de privação de trabalho.

Entre os trabalhadores mais estáveis socialmente, as dificuldades de classificação de suas condições de atividade decorrem de fatores distintos. Em muitos casos, o recuo à inatividade, a ausência de procura, revelam o fracasso de uma procura de trabalho que já se esgotou, podendo ou não estar permeada por formas eventuais e precárias de trabalho. Nestes casos, está em xeque um mercado de trabalho extremamente limitado em termos de oportunidades de trabalho aceitáveis para

esses indivíduos com uma formação sócio-profissional mais elevada. O investimento em novas modalidades de formação e qualificação também pode mascarar uma situação de privação de trabalho vivida na ausência de procura de emprego e, principalmente, na sua transferência para o futuro. Neste caso, o próprio conceito de desalento mostra-se limitado. Ele não expressa adequadamente experiências de privação de trabalho marcadas por um forte desejo de obter um novo emprego e por uma intensa atividade voltada para a formação, reciclagem e qualificação. Também nestes casos, as fronteiras entre o trabalho, o desemprego e a inatividade tornam-se um tanto fluidas. Em certas ocasiões, as responsabilidades domésticas também podem contribuir para que essa fluidez se intensifique.

Dos entrevistados investigados nesta pesquisa, constatou-se que apenas dezessete indivíduos tinham tido apenas uma experiência de desemprego em suas trajetórias ocupacionais. Outros dezessete tinham tido entre duas e quatro experiências de desemprego e em vinte trajetórias analisadas sequer foi possível identificar o número preciso de experiências de privação de trabalho. Tratando-se de trajetórias muito instáveis, nem havia registros escritos dessas experiências, nem a memória dos entrevistados permitia reconstituí-las com precisão. É, ao contrário, entre os indivíduos com trajetórias ocupacionais estáveis que se pode observar uma clara identificação objetiva e subjetiva dessas experiências de privação de trabalho. Vale registrar, porém, que essa fluidez na identificação dos limites e do número de experiências de desemprego não é observável apenas entre os trabalhadores apresentando condições de vida socialmente precárias. Uma elevada instabilidade e precariedade do trabalho é também muito freqüente entre os trabalhadores não precários socialmente, mesmo entre aqueles que apresentam níveis mais elevados de formação sócio-profissional.

Essa fluidez das experiências de privação de trabalho reflete-se também na tentativa de identificar a duração do desemprego. Essa identificação só foi possível nos casos em que os trabalhadores possuíam experiências estáveis de emprego e registros das mesmas em suas carteiras de trabalho ou em suas memórias. Muito freqüentemente, a identificação da duração do desemprego foi feita a partir de indicações muito gerais, alguns indivíduos apresentando muita dificuldade de reconstituir com precisão suas experiências no mundo do trabalho remunerado. Assim, constatou-se que dezessete entrevistados tinham tido experiências curtas de privação de trabalho, não excedendo seis meses de permanência nessa condição. Outros quatorze tiveram experiências que não ultrapassavam um ano de desemprego. Para vinte entrevistados, foram constatadas longas experiências de desemprego, todas acima de um ano e em dois casos com mais de quatro anos. Em três ocasiões, não foi possível identificar a duração do desemprego, pois tratavam-se de trabalhadores ocupados cujas experiências de privação de trabalho tinham ocorrido já havia algum tempo e cujas trajetórias eram muito instáveis.

A maior parte dos entrevistados, trinta no total, em algum momento de suas trajetórias, receberam o benefício do seguro-desemprego, em muitos casos mais de uma vez. Observou-se, no entanto, que pelo menos vinte e um entrevistados nunca receberam tal benefício, o que reflete a limitada proteção a que estão sujeitos os trabalhadores privados de trabalho no Brasil, principalmente em razão do baixo nível de formalização do vínculo empregatício e/ou da elevada rotatividade do emprego, de tal forma que os trabalhadores não conseguem cumprir os requisitos mínimos para terem direito ao mesmo. Em três situações, não foi possível identificar se o entrevistado recebeu o benefício do seguro-desemprego, carecendo as entrevistas dessa informação.

As trajetórias ocupacionais no espaço de relações sociais

Na análise das experiências de privação de trabalho dos trabalhadores entrevistados nesta pesquisa, propõe-se dois critérios distintos para diferenciar e tipificar suas trajetórias ocupacionais. As trajetórias ocupacionais e as experiências de privação de trabalho serão apresentadas e analisadas a partir desses critérios tipológicos. A definição desses tipos não implica uma pré-definição das experiências de privação de trabalho. Não se trata, a partir desses tipos, de imputar aos indivíduos determinadas formas de viver e ressentir essa privação de trabalho. Trata-se, antes de mais nada, de organizar analiticamente o espaço de relações sociais no qual estas experiências podem ser melhor analisadas e interpretadas sociologicamente. Os diferentes tipos de trajetórias referem-se, pois, a diferentes contextos sociais considerados teoricamente relevantes na análise e interpretação das experiências. Os tipos são, portanto, construções heurísticas e um ponto de partida para apresentar e compreender as trajetórias ocupacionais e as experiências de privação de trabalho dos atores sociais.

Dois critérios são aqui propostos para operar tais classificações, organizando o espaço de relações sociais no qual as experiências de privação de trabalho se configuram. Primeiramente, a condição social dos entrevistados ou, mais especificamente, um critério relativo às relações sociais de classe, permite classificar as trajetórias em dois tipos principais : as trajetórias consideradas socialmente precárias e as trajetórias consideradas socialmente não precárias. Considera-se essa posição na estrutura econômica como um elemento fortemente estruturador das experiências de privação de trabalho, na medida em que ela implica uma distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos que afetam diretamente a inserção no mundo do trabalho.

Em segundo lugar, a condição familiar dos entrevistados ou, mais especificamente, um critério relativo às relações sociais no espaço familiar (gênero, geração) permite classificar os entrevistados em dois tipos principais : os indivíduos provedores de seus grupos familiares e os

indivíduos não provedores de seus grupos. Considera-se essa condição de provedor um elemento social fortemente estruturador das experiências de privação de trabalho, na medida em que ela implica a constituição de papéis e responsabilidades específicas na relação do indivíduo provedor com os outros indivíduos do grupo familiar.

Vale salientar que as relações sociais de classe e de gênero são consideradas constitutivas dos diversos espaços sociais, não se operando apenas em um único espaço. Nestes termos, o espaço familiar não é apenas o espaço das relações de gênero, nem o espaço econômico e profissional aquele das relações de classe. As relações sociais de gênero também se operam e se constituem no espaço profissional e na esfera pública, tanto quanto as relações sociais de classe se operam e se constituem no espaço familiar. Não há um *locus* fundamental dessas relações, ainda que o processo de socialização dos indivíduos e de aprendizagem dos respectivos papéis e posições concentre-se em determinados espaços sociais. Enfatiza-se, aqui, o caráter co-extensivo e co-substancial dessas relações sociais nos diversos espaços sociais.¹³

Essa tipologia e a caracterização que a acompanha têm uma tripla função teórica : primeiramente, a função de sintetizar os resultados mais gerais das observações de campo, das análises das trajetórias ; em segundo lugar, a função de organizar a apresentação dos resultados da investigação, tornando-os compreensíveis e ; finalmente, a função de construir heurísticamente as condições lógicas a partir das quais dá-se continuidade ao processo de observação e interpretação dos dados, em direção a uma construção teórica mais fina e apurada. Essa tipologia é, pois, tanto o resultado do processo de interpretação sociológica como a condição para a continuidade do mesmo.

Em relação à condição social do entrevistados, propõe-se dois tipos gerais de trajetórias a seguir caracterizadas. A condição de provedor é aqui apresentada como elemento constitutivo desses dois tipos gerais de trajetórias :

1) As trajetórias socialmente precárias são marcadas, em geral, pela sucessão de empregos instáveis e pelo recurso freqüente às formas de trabalho independentes, informais e precárias. Refere-se àqueles indivíduos das classes sociais mais desfavorecidas que apresentam um baixo nível de formação sócio-profissional, pouca ou nenhuma qualificação profissional e baixa escolaridade. Assim, uma considerável precariedade social (pobreza, baixa escolaridade, baixa qualificação profissional) combina-se com uma forte precariedade no trabalho remunerado (formas de trabalho instáveis e informais, alta rotatividade no emprego, realização freqüente de bicos e trabalhos eventuais). Esta precariedade social implica os indivíduos em uma forte vulnerabilidade material e, quase sempre, em uma relação com o trabalho predominantemente de tipo instrumental, marcada pela necessidade de

¹³ A esse propósito, ver Kergoat (1992).

obter um rendimento para a sobrevivência do indivíduo e/ou de seu grupo familiar. Neste contexto, a experiência de privação de trabalho está fortemente associada ao desafio de suprir as necessidades básicas, o que varia segundo a posição do indivíduo no grupo familiar e o número de indivíduos integrados no trabalho remunerado.

Essas trajetórias são fortemente marcadas por uma cíclica e repetida privação de trabalho, (um “desemprego cíclico”), resultando em uma espécie de banalização da mesma. Essa privação pode evoluir para formas longas de privação de trabalho (um “desemprego de longa duração”) ou mesmo para formas crônicas de privação (um “desemprego crônico”). Uma privação de trabalho peculiar entre os jovens (um “desemprego juvenil”) é particularmente observável nessas classes desfavorecidas. Essas experiências de privação de trabalho são, freqüentemente, fluidas e pouco delimitadas ao longo das trajetórias ocupacionais. A instabilidade no trabalho se mostra, antes de tudo, como uma situação “normal”, como uma outra “norma” da vida ocupacional, afetando profundamente a própria percepção subjetiva das condições de “privação de trabalho”. Pode-se constatar que essa “normalidade” torna-se particularmente problemática aos olhos destes indivíduos nos momentos de crise econômica, quando as experiências de privação de trabalho se prolongam no tempo.

Por todas essas razões, o “desemprego” como categoria social de percepção da realidade e de auto-identificação é menos freqüentemente mobilizada por esses indivíduos, o que indica que as formas de privação de trabalho por eles vividas encontram menor probabilidade de expressão. Neste sentido, considera-se que o ato de “dar nome”, “definir”, “identificar” determinados fenômenos e experiências constitui o arsenal de recursos simbólicos de um indivíduo ou grupo. A atividade simbólica é, ela própria, o efeito e a condição das relações sociais. Logo, uma menor capacidade e possibilidade de expressar as condições de privação de trabalho é aqui entendida como o efeito simbólico das desigualdades de classe.

Para os grupos familiares mais numerosos, as experiências de privação de trabalho parecem se tornar menos difíceis, na medida em que vários membros da família contribuem para o orçamento doméstico. A posição do indivíduo no grupo familiar tem, pois, uma importância crucial neste caso. Em se tratando de um pai, de uma mãe ou de um filho, a experiência de privação de trabalho pode se modificar consideravelmente. O grau de responsabilidade do indivíduo na qualidade provedor de seu grupo condiciona, portanto, o nível de sofrimento pessoal (ou sua ausência) nas experiências de privação de trabalho.

A disponibilidade de muitos indivíduos para o trabalho remunerado pode produzir diversas estratégias de inserção no mercado de trabalho, de tal maneira que as formas de trabalho assalariadas e autônomas se combinam segundo as circunstâncias. Deste modo, entre esses indivíduos

considerados socialmente vulneráveis, a precariedade do trabalho se manifesta seja pela instabilidade do emprego assalariado, por uma elevada rotatividade no emprego, seja pelo recurso freqüente às formas de trabalho autônomas e informais, igualmente instáveis e descontínuas. No primeiro caso, a precariedade do trabalho se manifesta, sobretudo, pela perda freqüente do emprego. No segundo caso, essa precariedade se manifesta principalmente por uma instabilidade da renda e pela descontinuidade do trabalho. Em um caso como no outro, o nível do rendimento familiar torna-se baixo e às vezes insuficiente para atender às necessidades do grupo. É nesse contexto que a privação de trabalho torna-se um desafio para o indivíduo e para o seu grupo familiar.

Nesse contexto social, a inserção econômica dos membros disponíveis do grupo familiar torna-se essencial. O trabalho das mulheres e dos jovens menores manifesta-se, neste caso, como uma regra. As exigências do trabalho doméstico impõem, no entanto, um limite a esta saída para o trabalho remunerado. Logo, esse fator afeta as estratégias econômicas do grupo familiar, reservando, em geral, às mulheres a responsabilidade pelas tarefas domésticas e pela educação das crianças. Tais responsabilidades afetam, conseqüentemente, o estatuto de atividade dessas mulheres que estão submetidas a *uma dupla tensão em suas condições de trabalho e atividade : de um lado, a pressão do trabalho remunerado que as empurra em direção à atividade e, de outro, a pressão do trabalho doméstico que as empurra em direção à inatividade*. O nível que atinge essa tensão e a possibilidade de resolvê-la dependerão de condições muito particulares : da posição dessa mulher no espaço econômico (sua condição sócio-econômica ou condição de classe), de sua posição no espaço familiar e doméstico (sua condição matrimonial, sua posição no ciclo de vida), enfim, das relações sociais no interior das quais essa mulher está inserida.

2) As trajetórias socialmente não precárias são marcadas por uma situação sócio-econômica mais favorável, a renda familiar e a formação sócio-profissional são mais elevadas. No entanto, freqüentemente os indivíduos pertencentes a esse grupo apresentam um “déficit” em termos de formação escolar e profissional em comparação com as exigências mais recentes no mercado de trabalho.

Entre esses indivíduos, observa-se tanto situações profissionais estáveis como condições ocupacionais fortemente instáveis. Assim, constata-se que a precariedade do trabalho não é peculiar apenas aos grupos sociais mais desfavorecidos socialmente e que se situam na fronteira da pobreza e da exclusão social. Essa precariedade afeta também e, às vezes, muito intensamente, os grupos populares não pobres e as classes médias. Trata-se de um tipo distinto de precariedade, implicando os indivíduos em formas diferenciadas de trabalho em relação àquelas dos grupos sociais mais vulneráveis. Essa instabilidade ocupacional afeta decisivamente as experiências de privação de trabalho desses indivíduos.

Dentro desse grupo, porém, essas experiências estão mais próximas à norma do desemprego, sendo mais frequentemente marcadas pela busca e pela expectativa de obter um emprego. Essas experiências são também subjetivamente mais claramente delimitadas, marcadas e categorizadas. Os indivíduos falam mais frequentemente de suas experiências de privação de trabalho como “desemprego”, isto é, mobilizam esta “categoria social de entendimento” da realidade para expressar uma situação significativa de privação de trabalho. Entre os jovens, um “desemprego de inserção” é frequentemente delimitável, observável e entre as pessoas mais velhas um “desemprego de longa duração” é cada vez mais presente.

No entanto, nem mesmo entre estas camadas sociais mais favorecidas, a categoria desemprego é uma categoria identitária forte. Isto se deve ao fato de que o desemprego é também uma categoria institucional fraca, implicando para os indivíduos benefícios limitados, mecanismos de auxílio e proteção frágeis. Enfim, enfrentar o desemprego e tentar dele sair significa mobilizar e assumir individualmente um conjunto de práticas, estratégias e recursos. A procura de emprego em agências privadas, o envio de currículos, a realização de entrevistas de emprego, a busca de contatos pessoais, a realização de cursos e atividades de formação e capacitação profissional são atividades inteiramente assumidas pelo indivíduo, baseadas em seu interesse e vontade, utilizando recursos financeiros próprios.

Como no caso das trajetórias anteriormente caracterizadas, a posição do indivíduo no grupo familiar tem um papel fundamental no desenrolar de suas atividades e estratégias em relação ao mercado de trabalho. Os jovens, em geral em uma situação econômica mais favorável, dispõem de melhores condições para escolher os empregos que desejam. As mulheres dispõem, também, de melhores recursos econômicos para administrar as necessidades impostas pelo trabalho doméstico. Porém, em um caso como no outro, a limitada disponibilidade de boas oportunidades de emprego pode implicar esses indivíduos em experiências prolongadas e desalentadas de privação de trabalho. Essas experiências serão mais ou menos significativas, mais ou menos ressentidas e sofridas, segundo a posição que esses indivíduos ocupam em seus grupos familiares.

As diferentes pressões sobre as mulheres são igualmente observáveis. Em muitos casos, as pressões decorrentes do trabalho doméstico prevalecerão sobre o desejo e mesmo a necessidade de continuar no mercado de trabalho, pois as oportunidades de emprego mostram-se freqüentemente muito precárias. Nos casos em que o trabalho remunerado se impõe como opção fundamental, observa-se um padrão de comportamento cada vez mais próximo àquele típico dos homens.